



**CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

**PROGRAMA DO PROCEDIMENTO**

**Concurso Público Urgente n.º 33/CPU/DA/DCP/2025**

“Aquisição de Serviços de Impressão”



## PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

### ÍNDICE

<b>CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	3
Artigo 1.º Objeto do procedimento .....	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	3
Artigo 4.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento .....	4
Artigo 5.º Concorrentes .....	4
Artigo 6.º Agrupamentos .....	4
<b>CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA</b> .....	5
Artigo 7.º Proposta e documentos .....	5
Artigo 8.º Propostas variantes .....	5
Artigo 9.º Modo de apresentação da proposta .....	5
Artigo 10.º Prazo para apresentação de propostas .....	6
Artigo 11.º Abertura de propostas .....	6
Artigo 12.º Prazo da obrigação de manutenção da proposta .....	6
Artigo 13.º Critério de adjudicação .....	6
Artigo 14.º Análise e avaliação das propostas .....	7
Artigo 15.º Adjudicação .....	7
Artigo 16.º Documentos de habilitação e modo de apresentação .....	7
Artigo 17.º Caução .....	8
Artigo 18.º Inexigibilidade/dispensa de contrato escrito .....	8
Artigo 19.º Despesas e encargos .....	8
Artigo 20.º Informação sobre proteção de dados pessoais .....	8
Artigo 21.º Impugnações administrativas .....	9
Artigo 22.º Prevalência .....	9
Artigo 23.º Legislação aplicável .....	9
<b>ANEXO I Modelo de Declaração [art.57.º, n.º 1, al.a9 do CCP]</b> .....	10
<b>ANEXO II Minuta da Proposta</b> .....	12
<b>ANEXO III Modelo de Declaração[art.81.º, n.º 1, al.a) do CCP]</b> .....	14



## CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

### Artigo 1.º

#### Objeto do procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a **“Aquisição de serviços de impressão”**, cujas especificidades e características técnicas se encontram melhor definidas no respetivo Caderno de Encargos, em especial na Parte II.
2. O procedimento referido no número anterior reveste a forma de **Concurso Público Urgente**, nos termos do preceituado nos artigos 155.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, doravante CCP, com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços, previsto na alínea e), do n.º 2, do artigo 16.º do CCP.
3. Os serviços objeto do presente procedimento classificam-se pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV) – 79800000-2, correspondentes à descrição de “Serviços de Impressão”, indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007, publicado no JOUE n.º L-74, de 15 de março de 2008.
4. Tendo em conta a implementação da ISO 20400 no Município de Lisboa e atento ao facto de o Município de Lisboa prosseguir uma política de compras sustentáveis, o contrato a celebrar promoverá a sustentabilidade através da valoração de critérios ambientais, sociais e económicos, contribuindo em parte, para:
  - a) Os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
    - i) ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis (Meta 7, através da gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais), decorrente do descrito nas alíneas h), i) e j), do n.º 1, da cláusula 6.º, bem como as cláusulas 27.ª, n.º 4, 32.ª e 33.ª;
    - ii) ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis (Meta 4, por via do manejo ambientalmente seguro dos produtos químicos e de todos os resíduos ao longo de todo o ciclo de vida e Meta 5, de forma a garantir padrões de consumo e produção sustentáveis), decorrente do descrito na **PARTE II do Caderno de Encargos**, em especial na cláusula 27.ª respetivamente nos seus n.ºs 7 e 2.
  - b) Globalmente, tendo em consideração estarmos na presença de uma compra sustentável que inclui o cumprimento do Código de Conduta dos Fornecedores do Município de Lisboa, o contrato contribuirá ainda para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
    - i) ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico (Meta 4, 7 e 8),
    - ii) ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis (Meta 7);
    - iii) ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Metas 5 e 6),
    - iv) ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos (Meta 17).

### Artigo 2.º

#### Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, através do Departamento de Sistemas de Informação, situado no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 27, 1.º Piso, Bloco B, 1749-099 Lisboa, freguesia de Alvalade, sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Divisão de Contratação Pública, situada no mesmo Edifício do Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço eletrónico [dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt](mailto:dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt).

### Artigo 3.º

#### Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Exma. Senhora Vereadora do Pelouro dos Sistemas de Informação, Joana Almeida, datado de 09 de maio de 2025, exarado na informação n.º INF/26/DSI/2025, de 07/05/2025, no uso das competências que lhe foram delegadas e subdelegadas pelo Senhor Presidente,



Carlos Moedas, através do Despacho n.º 229/P/2022, de 22 de dezembro, publicado no 2.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1.505, da mesma data, na redação dada pelo Despacho n.º 27/P/2025, de 10 de fevereiro, publicado no 1.º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1.617, de 13 de fevereiro.

#### **Artigo 4.º**

##### **Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

1. O presente procedimento é tramitado, integralmente, na plataforma eletrónica “*acinGov*”, utilizada pela entidade pública adjudicante identificada no anterior artigo 2.º, com o seguinte endereço eletrónico <http://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1, do artigo 32.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “*acinGov*” apenas respondem pelos impedimentos de ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.
3. O Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos ainda que constem do respetivo Anúncio do DR, podem também ser consultados na plataforma eletrónica “*acinGov*”, mencionada no presente artigo.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e *download*, na plataforma eletrónica “*acinGov*”, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1, do artigo 133.º do CCP.
5. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência.

#### **Artigo 5.º**

##### **Concorrentes**

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

#### **Artigo 6.º**

##### **Agrupamentos**

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28/07.



## CAPÍTULO II – REQUISITOS A QUE DEVEM OBEDECER AS PROPOSTAS E A RESPETIVA ENTREGA

### Artigo 7.º

#### Proposta e documentos

1. A proposta, declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP [Cf. art.57.º, n.º 1, al. a) do CCP], que se anexa ao presente Programa de Procedimento também como **ANEXO I**.

b) Documentos que contenham os atributos da proposta:

Proposta contratual, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO II** ao presente Programa de Procedimento (Minuta da proposta), do qual faz parte integrante.

2. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;

3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.

6. No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser preenchida autonomamente por cada uma das entidades que integram o agrupamento.

7. Os documentos da proposta são, obrigatoriamente, redigidos em português.

### Artigo 8.º

#### Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

### Artigo 9.º

#### Modo de apresentação da proposta

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov” até ao termo do prazo fixado no presente Programa de Procedimento.

2. As propostas devem ser assinadas e submetidas na plataforma eletrónica com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes, nos termos da lei, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta, de acordo com as disposições conjugadas dos artigos 146.º e 57.º do CCP.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.



5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial, equivalendo a entrega do código de acesso à certidão permanente, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.

6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da Lei n.º 96/2015, de 17/08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.

7. Quando algum documento se encontre disponível na *internet*, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do *site* onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos *site* e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “*acinGov*” pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

#### **Artigo 10.º**

##### **Prazo para apresentação de propostas**

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante, através da plataforma eletrónica “*acinGov*”, **até às 23:59h do dia 16/05/2025.**
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante.
4. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.
5. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados.

#### **Artigo 11.º**

##### **Abertura de propostas**

1. No dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas proceder-se-á à respetiva abertura na plataforma eletrónica.
2. O regime de publicitação da lista dos concorrentes e de consulta das propostas previsto no CCP não é aplicável ao concurso público urgente, nos termos do artigo 156.º do mesmo Código.

#### **Artigo 12.º**

##### **Prazo da obrigação de manutenção da proposta**

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas **pelo prazo de 10 dias**, contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, não havendo lugar a qualquer prorrogação, conforme decorre do disposto no artigo 159.º do CCP.

#### **Artigo 13.º**

##### **Critério de adjudicação**

1. A adjudicação é efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, na modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º do CCP.
2. A proposta considerada economicamente mais vantajosa é aquela que apresentar o preço mais baixo.
3. Se por via da aplicação do critério definido no número anterior se verificar igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, serão aplicados sucessivamente, até se verificar o respetivo desempate, o seguinte critério:



i) preço unitário da cópia de cada página A4 a cores.

4. Se após a aplicação do critério de desempate estabelecido no número anterior, persistir o empate entre as propostas melhor classificadas, a adjudicação é atribuída àquela proposta que for selecionada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo Júri, dados que serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica “*acingov*”.

#### **Artigo 14.º**

##### **Análise e avaliação das propostas**

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente Programa de Procedimento, é proferida a decisão de adjudicação nos termos do artigo 160.º do CCP na qual devem constar, se for caso disso, os motivos de exclusão de propostas enumerados no n.º 2 e no n.º 3 do artigo 146.º do CCP.

2. Não há lugar à elaboração do relatório preliminar, relatório final, nem à realização de audiência prévia, nos termos do n.º 2, do artigo 156.º do CCP.

#### **Artigo 15.º**

##### **Adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é comunicada, através da plataforma eletrónica “*acinGov*”, simultaneamente, a todos os concorrentes.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte.

3. O adjudicatário será ainda notificado, em simultâneo, para se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este seja reduzido a escrito e para, em caso de agrupamento, comprovar o cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 6.º deste programa de procedimento.

#### **Artigo 16.º**

##### **Documentos de habilitação e modo de apresentação**

1. O adjudicatário deve apresentar, através da plataforma eletrónica “*acinGov*”, no prazo **de dois dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação, conforme decorre do fixado no artigo 161.º do CCP, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no número 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontre registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

2. A declaração referida na alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP (Anexo II do CCP) deve ser emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Procedimento, do qual faz parte integrante.

3. Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.

4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste Programa de Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8, do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.

5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

6. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na *internet* o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.



7. Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.

8. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de qualquer documento cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

9. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário, formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a um dia.

10. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado para que, no prazo de um dia se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

11. Para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário dispõe de um prazo de um dia para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.

12. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação, os quais serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica “acinGov”.

13. Juntamente com os documentos de habilitação e caso seja aplicável, o adjudicatário deverá, ainda, apresentar cópia do contrato de consórcio, bem como quaisquer outros documentos que se revelem necessários, comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade indicada no artigo 7.º do presente Programa de Procedimento.

14. No caso previsto no número anterior o contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de líder de consórcio, devendo ser-lhe conferidos, no mesmo ato e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1, do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber das entidades adjudicantes, e delas dar quitação, quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas em execução do contrato

#### **Artigo 17.º** **Caução**

Não é exigível a prestação de caução, nos termos do n.º 2, do artigo 156.º, conjugado com o disposto na alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º, ambos do CCP.

#### **Artigo 18.º** **Inexigibilidade/dispensa de contrato escrito**

Nos termos da alínea b), do n.º 2, do artigo 95.º do CCP, a redução do contrato a escrito pode ser dispensada pelo órgão competente para a decisão de contratar mediante decisão fundamentada.

#### **Artigo 19.º** **Despesas e encargos**

Todas as despesas e encargos inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as que estiverem relacionadas com a celebração do contrato, constituem responsabilidade do concorrente ou do adjudicatário, conforme o caso aplicável.

#### **Artigo 20.º** **Informação sobre proteção de dados pessoais**

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), o Município de Lisboa é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.





2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.

3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.

4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los ao Município de Lisboa, nos termos previstos no RGPD.

5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir do encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08/08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.

6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:

- a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email [dpo@cm-lisboa.pt](mailto:dpo@cm-lisboa.pt) ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2.º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
- c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
- d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

7. Exceto quando diversamente estipulado, os termos utilizados em maiúsculas no presente artigo terão o significado que lhes é atribuído no artigo 4.º do RGPD.

### **Artigo 21.º**

#### **Impugnações administrativas**

As impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica “*acinGov*”.

### **Artigo 22.º**

#### **Prevalência**

As normas do presente procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios e da plataforma eletrónica de contratação com elas desconformes.

### **Artigo 23.º**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente Programa de Procedimento, aplica-se o disposto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual e demais legislação aplicável.



## ANEXO I

### Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>:

a) .....

b) .....

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura <sup>(4)</sup>].



(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



## ANEXO II

### Minuta da Proposta

1. .... (nome, número de documento de identificação e morada) na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, nos seguintes termos e condições:

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO

#### Tipologia 1:

Volume de impressão estimado (em número de páginas mensais, para a totalidade dos 160 equipamentos a disponibilizar, conforme Anexo 1 do Caderno de Encargos)	MONO	COR
	950 000	400 000
MARCA/MODELO EQUIPAMENTO(S) PROPOSTO(S)	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO MONO	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO COR

#### Tipologia 2:

Volume de impressão estimado (em número de páginas mensais, para a totalidade dos 40 equipamentos a disponibilizar, conforme Anexo 1 do Caderno de Encargos)	MONO	COR
	500 000	
MARCA/MODELO EQUIPAMENTO(S) PROPOSTO(S)	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO MONO	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO COR

#### Tipologia 3:

Volume de impressão estimado (em número de páginas mensais, para a totalidade dos 16 equipamentos a disponibilizar, conforme Anexo 1 do Caderno de Encargos)	MONO	COR
	200 000	
MARCA/MODELO EQUIPAMENTO(S) PROPOSTO(S)	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO MONO	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO COR

#### Tipologia 4:

Volume de impressão estimado (em número de páginas mensais, para a totalidade dos 2 equipamentos a disponibilizar, conforme Anexo 1 do Caderno de Encargos)	MONO	COR
	30 400	40 500
MARCA/MODELO EQUIPAMENTO(S) PROPOSTO(S)	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO MONO	PREÇO UNITÁRIO (€) VALOR CÓPIA/IMPRESSÃO COR

O Preço Contratual (Total) proposto para a Aquisição de Serviços de Impressão com a Disponibilização de Equipamentos de impressão é: ..... [em numerário e por extenso].



Às quantias supra indicadas acresce o imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal aplicável e em vigor de .....%.

2. Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o foro da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia qualquer outro.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura <sup>(4)</sup>].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».



### ANEXO III

#### Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup>..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do n.º 1, do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura <sup>(5)</sup>].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.